

Pobreza e tecnologia social: o que isto tem a ver?

Rosa Maria Castilhos Fernandes

Aline Accorssi

Introdução

O debate em torno da situação de pobreza vivenciada por significativa parte da população e dos mecanismos de enfrentamento desta expressão da questão social, tem se intensificado no Brasil nos últimos tempos, em função da inserção desta pauta na agenda social brasileira. As políticas de erradicação da pobreza emergem em uma realidade social, que ainda experimenta a gravidade das mazelas provocadas pela desigualdade social, responsável pela exclusão de parte significativa da população dos processos produtivos, assim como, pela violação dos direitos sociais.

Em que pese as conquistas democráticas no campo dos direitos sociais no cenário brasileiro, marcada pelo período de redemocratização que culminou na Constituição de 1988, não foi possível alterar a lógica do investimento econômico imposta pelos ditames neoliberais, o que resultou no crescimento da concentração de renda e, conseqüentemente, na desigualdade social. Embora se reconheça os avanços no campo das políticas sociais públicas e da constituição de fundos públicos, em especial as políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, as ações afirmativas de proteção às minorias sociais, como a Lei de Cotas e a implementação de um conjunto de programas, projetos e serviços no âmbito da política de assistência social, entre outras, ainda visualizam-se índices que colocam o Brasil em destaque no ranking da desigualdade social.

O índice de Gini (indicador que mede a desigualdade social) chegou a 0,527 em 2011, o menor nível da história de acordo com o dado mais antigo disponível que é de 1960, quando o Gini foi de 0,535, segundo o Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea). Este índice varia entre zero e 1, sendo que quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade (IPEA, 2012). É possível identificar uma queda, um tanto tardia e mínima, mas é também possível aferir que a desigualdade brasileira está entre as 12 mais altas do mundo, o que certamente não pode ser motivo de orgulho para nenhum brasileiro e tão pouco deve ser encarado como algo natural da nossa sociedade. São disparidades regionais internas que

estão em evidência e processos de distribuição de renda que se caracterizam pela acumulação de uma minoria em detrimento das necessidades da maioria da população brasileira. Também, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 2011 divulgado pelas Organizações das Nações Unidas- ONU, indicam que o Brasil é de 0,718 na escala que vai de 0 a 1, ficando na 84ª posição no grupo de 187 países pesquisados.

Reconhecer a pobreza como o mais agudo problema econômico do país e a desigualdade como o maior problema estrutural, pressupõe considerar que tal afirmação é de fato decorrente de um processo sócio-histórico que não pode continuar sendo tratado como natural, e sim como injusto e inaceitável. É um desafio para aqueles que estão comprometidos com a construção de um projeto societário em defesa de um estado democrático de direitos.

Por isto, tratar da miséria e da pobreza não significa tratar somente de números, de aspectos econômicos, de mensurações quantitativas, mas de representações sociais, de opções políticas, de modo de vida, de proteção social e dos direitos à saúde, à educação, à assistência social, à previdência, as condições dignas de moradia, de trabalho e renda, entre outros fatores que atendam às necessidades sociais da população e que se medem, desde a capacidade de consumo privado de um indivíduo, até as condições de acesso a serviços públicos e a novas tecnologias sociais.

É neste cenário que emergem diferentes iniciativas de inclusão social e de enfrentamento à pobreza protagonizada por sujeitos sociais que engendram movimentos contra-hegemônicos por meio do desenvolvimento de tecnologias sociais. São metodologias, processos e técnicas que permitem, não só a implementação de soluções para atender necessidades sociais de determinada população, mas, sobretudo, possibilitam o acesso ao conhecimento aos cidadãos impulsionando, assim, processos de empoderamento que disputam projetos societários “que se orientem pela defesa dos interesses das minorias e pela distribuição de renda” (BAVA, 2004, p.116).

O artigo estrutura-se, além destas notas introdutórias, em duas partes. A primeira trata dos significados atribuídos a expressão pobreza e que formam uma complexa rede conceitual que exige uma reflexão crítica sobre o trato da categoria; a segunda, discorre sobre a dimensão conceitual de tecnologia social e as possibilidades de se constituírem em uma importante estratégia de superação da situação de pobreza e de transformação social.

Pobreza: um conceito polissêmico

Os estudos acadêmicos sobre a condição de *pobreza* tendem reduzir a complexidade do fenômeno em duas principais linhas de pensamento. De um lado encontramos um viés objetivo, quantificável, e de outro uma abordagem subjetiva, totalizante. Vejamos um conjunto de conceitos que mostram o modo de compreensão de tal temática.

Muitas pesquisas e projetos sociais partem do pressuposto de que há uma linha do que é considerado o *mínimo necessário para sobreviver* chamada de abordagem de *subsistência*, também conhecida pelo termo *pobreza absoluta*. Esta condição está relacionada às questões de sobrevivência física, ou seja, ao “não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital” (ROCHA, 2008, p. 11) indispensável para o exercício das atividades humanas nos variados papéis sociais que o sujeito atua, como no trabalho, na família, entre outros. Contudo, esta perspectiva de análise unidimensional vem sofrendo ataques devido a dois fatores: primeiramente, pelo reducionismo biológico-alimentar que ela atribui às necessidades do sujeito e, além disso, pelo fato de que é impossível estabelecer um critério absoluto em relação à quantidade de energias e de nutrientes que os seres-humanos necessitam para manterem-se vivos, pois tal aspecto depende de inúmeros fatores, tais como o lugar, as condições climáticas, as atividades realizadas, entre outros (ACCORSSI; SCARPARO & GUARESCHI, 2012).

Outro modo de compreensão trata do que ainda hoje chamamos de *necessidades básicas*, já indicando que tal fenômeno ou situação é multifacetado. Este conceito inclui, no campo das necessidades de sobrevivência, dois conjuntos de fatores: primeiro, é necessário um mínimo de condições para o consumo privado, como comida, roupas, equipamentos, medicamentos etc.; e, segundo, necessidades relacionadas aos serviços essenciais providos para a sociedade, como água potável, saúde, educação, transporte público, etc. (ROCHA, 2008).

Em uma perspectiva semelhante, passa-se ao conceito de *privação* (ou pobreza) *relativa*, cujo qual reconhece a existência de uma interdependência entre as estruturas social e institucional vigentes no cotidiano dos sujeitos. Ou seja, considera que a relação entre privação e renda é mutável ao longo do tempo e entre as comunidades que ocupam diferentes territórios (CODES, 2008). A partir desta ponderação, a pobreza passa a ser definida em função do contexto social em que se vive, da consideração do padrão de vida e da maneira como as necessidades são suprimidas em certa realidade socioeconômica. Ser pobre significa, portanto, não poder obter determinados produtos ou condições, e isto mantém o sujeito distante

da possibilidade de ocupar determinados papéis sociais esperados dele enquanto membro da sociedade (ROCHA, 2008).

Há ainda outras definições mais relativas e multifacetadas. Sen (2000), por exemplo, propõe o entendimento da pobreza como *privação de capacidades básicas* que são intrinsecamente importantes para o ser humano. O autor chama também a atenção para o fato de que conceitos que tomam a renda como critério exclusivo de análise adotam uma visão tipicamente instrumental. Na verdade, diz ele, embora a baixa renda seja uma das maiores causas da pobreza e da privação das capacidades de uma pessoa, a renda em si não é o único instrumento de geração de capacidades (ACCORSSI; SCARPARO & GUARESCHI, 2012).

Contudo, o perigo de compreendermos o contexto de pobreza a partir de definições nas quais a relatividade do fenômeno é considerada ponto chave é o fato de que se pode cair em uma armadilha ideológica ao não se conseguir mais nomear ou quantificar quem de fato vivencia tal situação. Telles (2001) neste sentido, nos lembra que ao se radicalizar o discurso da cidadania, pobre e pobreza deixam de existir. “O que existe, isso sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de denegação de direitos” [...] “A indiferenciação do pobre remete a uma esfera homogênea das necessidades na qual o indivíduo desaparece como identidade, vontade e ação, pois é plenamente dominado pelas circunstâncias que o determinam na sua impotência” (TELES, 2001, pp. 51-52).

Ainda assim, as concepções que consideram a multidimensionalidade do fenômeno da pobreza puderam chamar a atenção para fatores antes negados por outras perspectivas. Ou seja, a pobreza é muito mais complexa do que os determinantes econômicos conseguem avaliar e medir. Ela é, sobretudo, um plano constitutivo da identidade individual e social (SALAMA & DESTREMAU, 1999). E, sendo assim, seria possível medir ou quantificar tal realidade?

Em nossa compreensão, a pobreza e as pessoas que vivem nesta condição têm ocupado lugares diversos, conforme, basicamente, o conjunto de interesses e forças existentes no momento histórico que a constitui (PAUGAM, 2003; CASTEL, 2001). Não é um fenômeno natural e fixo, ao contrário. A pobreza corresponde mais a um processo do que um estado perpétuo e imutável. E, lembra Paugam (1999, p. 68), “toda definição estática da pobreza apenas contribui para agrupar, num mesmo conjunto, populações cuja situação é heterogênea, ocultando a origem e os efeitos a longo prazo das dificuldades dos indivíduos e de suas famílias”.

Precisa-se perceber que as teorias ou os quadros conceituais devem ser tomados como criação e ação humana e, portanto, são históricos e passíveis de

contradições. Podem e até devem nos fornecer lentes de análise do campo social que estudamos e/ou agimos. Contudo, tais lentes focam em certos aspectos e, ao mesmo tempo, desfocam em outros, pois a incompletude, característica ontológica, também está presente nas produções humanas (ACCORSSI; SCARPARO & GUARESCHI, 2012). Aliás, se considerarmos e aceitarmos tal fato, não se pode esquecer que, no meio desta rede conceitual de interesses e implicações, “a pobreza se diz de várias maneiras. Ela se diz também segundo uma multiplicidade de palavras que saturam o discurso pela sua variedade, sua frequência e sua intensidade” (BERNARD, 2003, p.103). Diz-se também a partir da invisibilidade das vozes dos atores que a vivenciam, uma vez que poucos estudos consideram legítimo o desenvolvimento da teoria e a compreensão da condição a partir das vozes dos sujeitos que vivem em situações de pobreza.

Assim, considerando o exposto até aqui, pode-se dizer que a reflexão crítica sobre a concepção de pobreza nos permite considerar a complexidade no trato dessa categoria e do seu próprio enfrentamento na realidade social e, mais ainda, do quanto é necessário estudar e ouvir as vozes que vêm das iniciativas dos sujeitos em situação de pobreza que buscam por meio das tecnologias sociais, a sua emancipação. Como nos diria Paulo Freire (1987), enquanto o pobre esperar a libertação do opressor, não tem qualquer chance.

Sobre tecnologia social: o que é preciso saber

No Brasil, o debate em torno das tecnologias sociais apresentam significativo avanço, seja pelas organizações que se instituíram na última década, com vistas à difusão dos conceitos e práticas, seja pela capacidade de criação das mesmas, através das iniciativas populares e da sua reaplicação em todo o território nacional (MACIEL, FERNANDES, 2011). Inicialmente é preciso situar a discussão das tecnologias sociais no contexto de uma sociedade comandada pelo capital financeiro e por grandes corporações transnacionais, onde a produção da ciência e da tecnologia está voltada aos interesses do capital e, conseqüentemente, destas grandes corporações. O que está em jogo é a produção de uma tecnologia capitalista convencional, que mantém a lógica competitiva e excludente da sociedade.

Para iniciar essa reflexão é preciso destacar quena literatura que trata do marco analítico-conceitual sobre tecnologia social, encontram-se aspectos sócio históricos que contribuem com esta construção. O final do século XIX na Índia é referência ao que se denominou de tecnologia apropriada. Neste cenário, Gandhi, entre 1924 e 1927, dedicou-se à proteger o modo de produção dos artesanatos das aldeias, como estratégia de resistência e luta contra o domínio britânico, o

que significava popularizar a fição manual, melhorar as técnicas locais, fomentar pesquisas científicas e tecnológicas que pudessem identificar e resolver problemas imediatos da realidade da Índia e que, conseqüentemente, acabou despertando a consciência política de milhões de habitantes das vilas (DAGNINO, 2004).

Esse movimento vivenciado na sociedade hindu, embora tenha se caracterizado como um movimento de luta contra a injustiça social, a popularização da fição manual, realizada em uma roca de fiar, é reconhecida como o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado. Com base nestas considerações, é importante compreender que a tecnologia social, apesar de sofrer forte influência dos movimentos da tecnologia apropriada, acaba se diferenciando da expressão que ganha força desde o final do século XX.

A tecnologia social se diferencia, sobretudo, por superar a concepção de transferência de tecnologia ainda presente na tecnologia apropriada ao incluir, como elemento central das práticas que designa a construção do processo democrático participativo e a ênfase na dimensão pedagógica. Assim, as populações antes consideradas como 'demandantes' de tecnologias passam a ser atores diretos no processo de construção de desenvolvimento tecnológico, sem se limitar mais à 'recepção de tecnologias' (ITS, 2009, p.28).

As décadas de 1970 e 1980 marcaram o debate em torno da relação entre tecnologia e sociedade, pois muitos pesquisadores de países avançados apontavam a incompatibilidade da tecnologia convencional – conhecida como capitalista- “aquela tecnologia que a empresa privada desenvolve e utiliza, não é adequada à realidade dos países periféricos”(DAGNINO, 2004, p. 20) e tampouco serviria para combater a pobreza dos países do chamado terceiro mundo. Entretanto, é neste contexto social, político e econômico que emergem os ditames neoliberais, que se reestruturam os processos de produção, que a globalização se instaura, se incrementam os processos tecnológicos, entre outras características que irão incidir no modo de vida da classe que vive do trabalho agravando a situação de exclusão e de desigualdade social de países como o Brasil. É neste contexto que “o movimento pela tecnologia apropriada perde *momentum* no início dos anos 1980 não por acaso, quando se verifica a expansão em todo o mundo do pensamento neoliberal”(DAGNINO, 2004, p. 29).

Desnecessário seria dizer que, no final do século XX, qualquer possibilidade de investimento em tecnologias que se voltassem para o desenvolvimento da cidadania, para o acesso aos direitos sociais, para a difusão de conhecimentos, para a ruptura dos processos de exclusão e fragmentação das políticas sociais,

para a construção de uma sociedade sustentável, entre tantos outros aspectos, seria incompatível com a lógica hegemônica da dinâmica do capital, responsável pela gestação da pobreza. A lógica do mercado – o poder comandado pelo capital financeiro – como a lógica de desenvolvimento da sociedade “e das relações sociais, enaltecendo a competição, o individualismo, a lei do mais forte” (BAVA, 2004, p. 103), submetem as sociedades e a sua população

a uma combinação perversa de aceleração de acumulação de capital com o aumento do desemprego, da pobreza, da desigualdade, da exclusão social, com a exploração e a degradação sem limites dos recursos ambientais” (BAVA, 2004, p. 104).

Esta reflexõesócio-histórica, tratada de forma sucinta neste artigo, permite situar a emergência do movimento pela tecnologia social como uma estratégia de enfrentamento das situações de pobreza vivenciada por parte significativa da população brasileira. Em uma dinâmica contra-hegêmica, emergem iniciativas que redesenham novas formas de produção de conhecimento e da própria relação entre Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS), que podem incidir na situação de pobreza e na emancipação da cidadania de diferentes sujeitos sociais. São iniciativas protagonizadas pela sociedade civil, por diferentes atores sociais, entre eles trabalhadores do campo e de centros urbanos, militantes de movimentos sociais, agentes de organizações não governamentais, lideranças comunitárias, cidadãos das iniciativas de empreendimentos econômicos solidários, entre outras formas de associativismo, redes de incubadoras de cooperativas e pesquisadores (FERNANDES, 2013).

Os empreendimentos econômicos solidários, os projetos alternativos de geração de renda, de bioenergia, de agricultura sustentável, de reciclagem de resíduos, de alternativas de recursos hídricos e todas aquelas iniciativas que dinamizam o desenvolvimento dos territórios de maneira integrada e equilibrada (DAWBOR, 2008), como os processos autogestionários e de garantia de direitos, são estratégias e movimentos de inclusão social que permitem a superação da situação de pobreza. Ao mesmo tempo em que ocorre o acesso ao conhecimento e o atendimento às necessidades sociais, existe a possibilidade de empoderamento destes sujeitos.

Entretanto, este movimento contra-hegêmico, da qual também fazem parte diferentes sujeitos políticos, incluindo aqueles que são quantificados de maneira simplista como os “pobres da nossa sociedade”, encontra-se em permanente conflito com o pensamento hegemônico. Este último, tem como premissa focar

no desmonte destas experiências e iniciativas transformadoras que se utilizam de metodologias, processos e técnicas capazes de impulsionar a emancipação de sujeitos políticos e a construção de um projeto societário que supere a lógica vigente de desenvolvimento.

Neste sentido, as tecnologias sociais são tratadas pelo campo hegemônico e no âmbito da ciência e tecnologia como iniciativas residuais, que atenuam ou reduzem problemas que podem ser enfrentados por políticas de caráter focalizado e compensatório. Ou ainda alguns intelectuais do campo social, consideram as tecnologias sociais como sendo um instrumento neoliberal e portanto um instrumento de manobra hegemônico. Ao contrário disto, os atores sociais envolvidos com a implementação e desenvolvimento de tecnologias sociais no Brasil, defendem um movimento de difusão e reaplicação dessas técnicas, metodologias e processos, pois entendem que estas se constituem em uma importante estratégia para o alcance da transformação social tão necessária para superação da situação de pobreza e para a instauração de uma ciência e tecnologia que esteja a serviço da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A intenção aqui é valorizar o potencial existente e o protagonismo que emerge da força organizativa e de apropriação de conhecimentos dos sujeitos sociais que são beneficiados-usuários e/ou envolvidos com o desenvolvimento de uma tecnologia social. Entendemos que não é possível combater a pobreza sem valorizar o protagonismo das iniciativas destes sujeitos, pois a tendência é considerar a pessoa em situação de pobreza, o *pobre*, como objeto de benefícios pontuais ou focalizados. “Antes de tudo é preciso conseguir que o pobre faça e se faça oportunidade, alçando-se a sujeito de sua própria história, sabendo ler criticamente sua condição social”(DEMO, 2003, p. 38).

Assim, a capacidade de organização de comunidades, em situação de vulnerabilidade social ou violadas de seus direitos, tem sido um dispositivo que permite o desenvolvimento de tecnologia social, pois estes sujeitos reconhecem que a pobreza é injustiça causada historicamente, portanto “é mister organizar a luta a partir de si mesmo” (DEMO, 2003, p. 39). Luta esta desencadeada, que não exclui o Estado da responsabilidade de garantir à universalização de direitos por meio do acesso de políticas sociais públicas.

E partindo deste entendimento, que nos aproximamos do conceito de tecnologia social que, no Brasil, é uma questão debatida entre diferentes autores. Um dos conceitos gerados no Brasil neste início do século XXI, refere que tecnologia social trata-se de “(...) produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de

transformação social” (RTS, 2007, p. 28). Em que pesem os debates conceituais sobre tecnologia social estes tem sido marcados pela ação, discurso e movimento concreto em torno de duas vertentes básicas:

A primeira trabalha a tecnologia como inovação sociotécnica gerada pelos sujeitos sociais específicos no seu território comunitário e, portanto, como uma experiência que nasce em geral no circuito social e econômico das economias de vizinhança, onde moram as pessoas envolvidas. A segunda vertente atribui à tecnologia social a forma abstrata de metodologia, produto ou processo concreto que foi retirado da comunidade, ou saiu da concepção do pesquisador e daí foi sistematizada e convertida em solução ou modelo para problemas locais (NEDER, 2009, p.9).

Além disto, a contribuição de pesquisadores do Instituto de Tecnologia Social (ITS) aponta dimensões que caracterizam a tecnologia social, a saber: a dimensão do conhecimento, ciência, tecnologia e inovação; a dimensão da participação, cidadania, democracia; a dimensão da educação; e, a dimensão da relevância social (ITS, 2007). Estas dimensões se constituem em importantes indicadores metodológicos de análise e avaliação de tecnologia social, ou seja, são características essenciais que permitem reconhecer se uma tecnologia é social (FERNANDES, 2013).

Também é importante ressaltar que as experiências de tecnologia social,

mais do que a capacidade de implementar soluções para determinados problemas, podem ser vistas como métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientem pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda (BAVA, 2004, p.116).

Assim sendo, as experiências de desenvolvimento de tecnologias sociais que diferentes sujeitos sociais vivenciam, indicam a capacidade de deflagrarem processos de apropriação sócio-técnica e de conhecimentos, que lhes permitem a construção coletiva de uma consciência política e emancipatória. Poderíamos citar diferentes tecnologias sociais desenvolvidas e que já foram reaplicadas¹⁹⁵ em todo o Brasil, mas a intenção aqui é destacar, o quanto é possível por meio das tecnologias sociais promover a inclusão social de trabalhadores, de zonas

195 Sobre as tecnologias sociaissistemizadas, sugerimos acessar os sites: www.fbb.org.br; e www.its.org.br.

rurais ou urbanas, de atores sociais de diferentes ciclos de vida, de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social que de forma coletiva vivenciam experiências que incidem não somente nas suas condições de vida, transformando a si mesmos, como transformando o cenário socioeconômico da comunidade em que vivem e do país

Reflexões Finais

Por fim, a intenção de aproximar a reflexão sobre a pobreza com a tecnologia social neste artigo, é sem dúvida algo que merece um aprofundamento para além do proposto aqui. Entretanto, a interlocução desta temática, coloca em discussão a possibilidade das tecnologias sociais serem reconhecidas como políticas públicas para o enfrentamento e superação da pobreza no país. Isto pressupõe, pautar na agenda da ciência, tecnologia e inovação, a necessidade de construção de um redesenho institucional que produza um novo pacto civilizatório, que seja capaz de promover o diálogo entre os diferentes setores da sociedade, sob o compromisso da primazia do Estado na implementação de políticas sociais que atendam as peculiaridades e necessidades regionais de diferentes segmentos da população brasileira.

Neste sentido não há como deixar de ressaltar a primazia do Estado na condução e implementação de políticas sociais que ampliam oportunidades e processos de proteção, inclusão social e, sobretudo, de superação das situações de pobreza. Assim também não há como deixar de ressaltar que os principais agentes de transformação social, que impulsionam e pressionam as iniciativas do Estado, são os sujeitos sociais e políticos, os movimentos sociais, as associações e os agentes do controle social democrático, “que viabilizam a participação cidadã nesses processos atribuindo-lhes significados novos, de transformação social e construção de novos paradigmas de desenvolvimento”(BAVA, 2004, p. 109), que possam erradicar a pobreza.

Reconhecer no cenário atual do país as tecnologias sociais como uma estratégia de superação da pobreza e como uma política pública, significa avançar na história da democratização do conhecimento, da ciência, da tecnologia e da inovação social. Pobreza e tecnologia social, tem tudo a ver!

Referências

ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena; GUARESCHI, Pedrinho. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S0102-71822012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000300007>.

BAVA, Silvio Caccia. Tecnologia Social e Desenvolvimento Local. In: LASSANCE, Antonio *et al.* *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2004. p.103-116.

BERNARD, F. *O governo da pobreza*. São Leopoldo, RS: Nova Harmonia, 2003.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CODES, Ana Luiza Machado. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa* (Texto para discussão n. 1332). Brasília, DF: IPEA. Abril, 2008.

DEMO, Pedro. *Pobreza da Pobreza*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

DOWBOR, Ladislau; VANNUCHI, Paulo; POCHMANN, Márcio; CACCIABAVA, Silvio; BRANCO, Pedro Paulo Martone; PAULA, Juarez de. *Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local*. Nota para a edição de 2008. São Paulo, out. 2008. Disponível em: <http://dowbor.org/09dlfinalnovaedica63p.doc>.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Trajetórias da Tecnologia Social: fragmentos de um estudo na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: MACIEL, Ana Lucia; BORDIN, Erica. *Múltiplos Olhares sobre tecnologia social: pesquisas e práticas*. Porto Alegre: FIJO, 2013, p. 94-104. Disponível em: http://www.fijo.org.br/mostra_tecnologias_sociais.php

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Caderno Tecnologia Social – Conhecimento e Cidadania 1*, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL-ITS. *Revista Conhecimento e Cidadania: uma metodologia de análise das tecnologias sociais*. São Paulo: ITS, 2007.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2011, n. 105, pp. 146-165. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100009&lng=pt&nrm=iso

NEDER, Ricardo Toledo. O Tripé Estrutural da Adequação Sociotécnica no Movimento pela Tecnologia Social: Quatro Ambientes de Fomento. In: III Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade (desafios para a transformação social). Curitiba 10-13 nov. 2009.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Tecnologia social: conceito*. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/rts/tecnologia-social/tecnologia-social>>. Acesso em: 19 set. 2009. [Links]